



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
<http://ageconsearch.umn.edu>
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*



INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO EM ASSENTAMENTOS RURAIS E PERIFERIA URBANA: ESTUDO DE CASO DOS ASSENTAMENTOS DE CÓRREGO RICO (JABOTICABAL-SP), REAGE BRASIL (BEBEDOURO-SP) E ÁREA PERIFÉRICA URBANA (JARDIM ALVORADA) JABOTICABAL-SP

NATALIA FREIRE BELLENTANI; JOSÉ GILBERTO DE SOUZA;

FCAV-UNESP

JABOTICABAL - SP - BRASIL

jgilbert@fcav.unesp.br

APRESENTAÇÃO SEM PRESENÇA DE DEBATEDOR

REFORMA AGRÁRIA E OUTRAS POLÍTICAS DE REDUÇÃO DA POBREZA

INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO EM ASSENTAMENTOS RURAIS E PERIFERIA URBANA: ESTUDO DE CASO DOS ASSENTAMENTOS DE CÓRREGO RICO (JABOTICABAL-SP), REAGE BRASIL (BEBEDOURO-SP) E ÁREA PERIFÉRICA URBANA (JARDIM ALVORADA) JABOTICABAL-SP.

Grupo de Pesquisa: 10- Reforma Agrária e Outras Políticas de Redução da Pobreza

Qualquer análise que se faça da sociedade brasileira atual mostra que, ao lado de uma economia moderna, existem milhões de pessoas excluídas de seus benefícios, assim como dos serviços proporcionados pelo governo a seus cidadãos. Isto pode ser uma consequência de processos de exclusão, pelos quais setores, antes incluídos, foram expulsos e marginalizados por processos de mudança social, econômica ou política; ou de processos de inclusão limitada, pelos quais o acesso ao emprego, renda e benefícios do desenvolvimento econômico fica restrito a determinados segmentos da sociedade. O resultado, em ambos os casos é o mesmo, mas as implicações políticas e sociais podem ser muito distintas. Processos de exclusão social e econômica tendem a ser muito mais violentos e traumáticos do que situações de inclusão limitada (SCHWARTZMAN, 2004).

1. Introdução

Nos últimos 20 anos, os brasileiros convivem com a agonia do paradigma de crescimento. Tal perspectiva assola o campo e a cidade e atinge questões fundamentais de garantia à vida e ao bem estar social. Entre as mazelas nacionais, a mais espantosa é a persistência da estrutura agrária, matriz da reprodução e ampliação das desigualdades sociais, transportadas do campo para a cidade (BELLUZZO, 2003).

Deste processo decorrem três questões que fundamentam nosso trabalho: a migração e as condições de vida urbana; a resistência e o processo de luta pela terra e, por último, as condições sociais de vida destas populações nos territórios urbanos e rurais. Estas dimensões territoriais e sociais são perscrutadas em assentamentos rurais e áreas de periferia urbana do município de Jaboticabal-SP, por meio dos indicadores de educação, longevidade e renda que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano, sendo estes um ponto de partida para uma avaliação das condições de vida destas populações.

2. Migração e urbanização.

De acordo com Portela e Vesentini (2005), as migrações do campo para a cidade ocasionam a urbanização e, para além do crescimento dos centros urbanos, esse fenômeno implica em outras transformações tais como: a ocupação de áreas degradadas, a favelização, a miséria, a negação do trabalho, a exclusão em suas mais variadas formas de materialização. .

Segundo Cruz (2001) essas situações são novas formas de pobreza, miséria e exclusão decorrentes de descompassos entre população crescente urbana e falta de perspectivas de emprego e pioram as chances de inserções sociais dos sujeitos. Tem-se a existência de um novo tipo de exclusão social que não mais marginaliza o sujeito, mas que o coloca fora do sistema econômico social. Um ser social que não tem acesso ao mercado de trabalho (nem mesmo informal), não tem perspectiva de engajamento (independentemente de seu grau de qualificação profissional) e, cada vez mais, vai ficando de fora dos mecanismos de proteção social do moribundo *welfare state*.

A cidade, em geral, não é construída para o cidadão, o morador, o habitante. Ao contrário, ela é permanentemente erigida para a consolidação do capital, do lucro, dos negócios. Os migrantes recém-chegados do campo, por exemplo, amontoam-se nas grandes cidades e têm de buscar suas próprias soluções. Salvo raras exceções, eles não recebem o apoio do Estado ou dos chamados poderes públicos; tampouco encontram um lugar preparado para recebê-los com oferta de residências, serviços de saúde ou educação (PORTELA & VESENTINI, 2005).

Esta fragmentação social e econômica reflete-se em uma desarticulação dos territórios urbanos e rurais de forma interna e externa. Os espaços urbanos não se articulam entre si através de uma especialização funcional, mas se superpõem, seguindo a complexidade industrial em sua ordem e grandeza (SANTOS, 1982). Esta lógica é a base da urbanização comandada pela industrialização, que também subordina o rural.

Sem uma política voltada para a população mais carente, multiplicam-se nas cidades as favelas, os cortiços, as casinhas pobres da periferia. Aliás, tem sido uma das soluções encontradas pelas famílias de baixa renda para conseguir uma habitação própria. Elas compram um pequeno lote de terra na mais longínqua periferia da cidade, em uma área onde o preço é acessível e as condições de uso incertas. Começam a construir suas casas, às vezes, com a ajuda de amigos e utilizando materiais alternativos, como madeira; em outros casos, pouco a pouco, vão comprando o material de construção e terminando a obra; a carência de moradias adequadas para a imensa maioria dos trabalhadores poderia ser resolvida com melhor racionalização da cidade; a existência de amplos espaços ociosos, os terrenos baldios, é um exemplo típico da forma predatória da ocupação do espaço urbano no país.

Uma situação que reforça a organização do movimento dos sem-teto, que nos últimos anos cresce, com o objetivo de reivindicar e exigir o direito de morar, de possuir

um lote mínimo de terra para construir sua casa. É uma reivindicação justa e garantida por lei em praticamente todos os países democráticos do mundo. No Brasil, contudo alguns direitos elementares, como esse, ainda são objetos de polêmicas e conflitos (PORTELA & VESENTINI, 2005).

De uma forma ou de outra, todas essas situações estão ligadas ao tipo específico de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, um capitalismo que concentrou renda e terra; que não possibilitou um significativo avanço dos direitos sociais na cidade e no campo.

Em que pese o forte processo migratório, a ausência de alternativas no território urbano e a precarização das relações de trabalho, passaram a promover movimentos sociais de luta pela terra que representam para alguns uma estratégia de resistência e permanência no campo e para outros a busca de uma nova alternativa face a ausência de possibilidades na cidade.

3. Reforma Agrária e Reterritorialização.

Somente por meio de uma intensificação das lutas sociais, fundamentada nos acampamentos e ocupações de fazendas improdutivas, e com uma consistente articulação nacional, tornou-se possível recolocar a reforma agrária no elenco de políticas públicas em um contexto de rápida aplicação de medidas e contornos neoliberais que tornou-se referência para os governos brasileiros nos últimos 25 anos. E foi exatamente isso que a sociedade brasileira assistiu a partir da segunda metade dos anos 80. A organização dos movimentos sociais levou não apenas ao assentamento de 300 mil famílias nos últimos 15 anos, ou um pouco mais, se considerarmos os programas de colonização na região Norte desde os anos 1970 (BERGAMASCO & NORDER, 2003).

Os assentamentos rurais brasileiros representam sob o ponto de vista das famílias assentadas uma nova forma de produzir, um novo controle sobre o tempo de trabalho, a realização de atividades que até então não faziam parte de suas atribuições nas relações sociais. (BERGAMASCO, 1997). A redefinição de relações sociais de produção estabelecidas em torno da posse da terra, esta reterritorialização, pode ser compreendida como um ponto de partida na redefinição de um conjunto de outras práticas sociais.

4. Exclusão social: a cidade e o campo.

Todas estas questões refletem as condições sociais de vida às quais estão sujeitas estas populações rurais e urbanas. A luta pela terra e pela moradia são dimensões de um profundo processo de exclusão imposto a estas comunidades.

O conceito de exclusão social remete, portanto, à discussão das novas feições da pobreza e da desigualdade e suas dimensões objetivas. Restando, ainda um campo a ser explorado para a apreensão e compreensão dos processos subjetivos que diferenciam social e individualmente grupos e segmentos que, cada vez mais, perdem seu lugar e suas referências enquanto sujeitos/participantes de uma dada comunidade de valores.

Por mais difuso e sujeito a controvérsias, entretanto, o conceito tem a capacidade de jogar luz sobre as facetas múltiplas: econômica, social, política e psicológica. Facetas que se perderam para cada um frente ao estado de destituição de recursos de toda espécie para o enfrentamento de suas vulnerabilidades e riscos. As relações que produzem e reproduzem seja a pobreza, seja a desigualdade, seja a exclusão são relações de poder entre grupos sociais mediadas pelo Estado e a implementação de políticas que permitam reduzi-las ou mesmo erradicá-las não será factível sem a compreensão de que igualdade (mas não a homogeneização) só ganha sentido quando for formulada no âmbito público (GUIMARÃES, A. ; MELAZZO; GUIMARÃES, R. B. ; MAGALDI, 2002).

Atualmente, taxa de mortalidade infantil, taxa de analfabetismo, nível de desemprego, grau de indigência e pobreza, Índice de Desenvolvimento Humano são conceitos corriqueiramente citados nos jornais, na mídia eletrônica, nos debates políticos. Cada vez mais se observam jornalistas, lideranças populares, políticos e a população em geral utilizando-se de Indicadores Sociais para avaliar avanços e retrocessos nas condições de vida da população, apontar a eficácia ou ineficácia das políticas públicas ou defender suas posições, quanto às prioridades sociais a atender.

Diversos fatores contribuíram para essa difusão crescente do uso de Indicadores Sociais na sociedade brasileira: de um lado, fatores de natureza político-institucional como: o avanço da democratização política das últimas décadas; maior acesso a fontes de informação pela sociedade; o surgimento de organizações sociais mais compromissadas; a pressão popular por maior transparência e por maior efetividade social do gasto público; de outro lado fatores de natureza econômico-social como a persistência dos problemas sociais históricos, da pobreza e da desigualdade, o aumento do risco ao desemprego e à exclusão social (JANNUZZI, 2004).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), por exemplo, foi criado, originalmente, para medir o nível de desenvolvimento dos países. Composto por indicadores de educação (alfabetização de pessoas acima de 15 anos de idade e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita) ajustada por uma série de cálculos (FRIGOLETTO, 2000), objetiva-se constituir um parâmetro para análise das realidades sociais dos países.. Por sua vez, a dimensão quantitativa do IDH não deve suprimir os aspectos subjetivos que determinam uma nova visão de organização e vida dos sujeitos sociais.

Neste aspecto Demo (2001) enfatiza que o cerne da pobreza é menos a carência material, do que seu nóculo político de exclusão, porque ser excluído é menos uma questão de não ter, do que não ser. Pior do que passar fome, é não atinar para o fato de que a fome é fabricada e imposta, portanto injusta. O pobre que não descobrir criticamente que a pobreza é injusta, não tem como sair dela, a não ser como objeto de políticas exógenas. Quem é politicamente pobre acredita mais em cesta básica, benefícios, ajudas, do que em emancipação (DEMO, 2001).

Sendo assim, o Índice de Desenvolvimento Humano em assentamentos rurais e áreas de periferia urbana da região de Jaboticabal-SP, resulta em um instrumento de avaliação das condições de vida desta população. E, nesta perspectiva, reconhecer a necessidade de mudanças expressivas no âmbito social, através do debate político realizado por diversos segmentos sociais tais como universidades, órgãos municipais e estaduais, instituições de pesquisa, setores do comércio e indústria, setores de serviços diversos, organizações não governamentais e a imprensa local. Um debate que tenha como referência não apenas as condições materiais de existência, mas, sobretudo, de subjetivação da vida, das mesmas condições materiais.

5. Procedimentos da pesquisa:

O trabalho de pesquisa foi realizado junto aos assentamentos rurais de Córrego Rico e Bebedouro-SP-. e o bairro Jardim Alvorada da periferia urbana do município de Jaboticabal -SP-.

O Projeto de Assentamento de Reforma Agrária de Córrego Rico foi implantado em 1998, com 47 famílias que ocuparam áreas da Estrada de Ferro FEPASA, no Distrito de Córrego Rico a 10 km de Jaboticabal-SP-. O assentamento possui 468 hectares de área total e 362 hectares de área agrícola, sob domínio das terras estadual definitivo, segundo portaria do Itesp 26/2001 e tem recebido assistência do Instituto de Terras de São Paulo

(ITESP). Assim como o assentamento Reage Brasil, localizado no município de Bebedouro-SP-, com área total de 1.296 hectares e área agrícola: 967 hectares, foi implantado em 1998, com 83 famílias. Sob domínio das terras estadual definitivo, de acordo com a portaria Itesp 26/2001 e portaria Incra 29/2000.

O bairro Jardim Alvorada da periferia de Jaboticabal - SP- foi criado em 1991, hoje com 249 domiciliados que se encontram em situação irregular de ocupação dos domicílios, por se tratar de um loteamento privado onde há forte especulação imobiliária.

A área urbana foi definida em função dos índices de renda, segundo a base de dados do IBGE, que aponta para este setor sencitário como um dos mais baixos do município, juntamente com o bairro Boa Vista.

As áreas rurais tiveram sua escolha fundamentada na proximidade geográfica da área urbana estudada, permitindo comparar o entorno rural que aproximam as histórias de vida e ocupação territorial destes sujeitos.

O questionário para Avaliação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nos assentamentos rurais e regiões periféricas urbanas, foi elaborado a partir dos indicadores que formam o índice: educação, longevidade e renda. De maneira que o diagnóstico tivesse caráter quantitativo sem com isso eliminar aspectos qualitativos nesta análise.

Com o objetivo de recolher e registrar, de maneira ordenada, os dados sobre o Índice de Desenvolvimento Humano no assentamento rural de Córrego Rico e Bebedouro entrevistamos 20% do total de 47 e 83 famílias, respectivamente. Assim como no bairro de periferia de Jaboticabal: Jardim Alvorada que conta com 249 domicílios, entrevistamos 49 famílias totalizando a amostra exploratória de 20%.

Definidos os objetivos da entrevista o levantamento de campo foi realizado no período de novembro de 2005 a março de 2006. As entrevistas foram apenas anotadas, não havendo a necessidade de gravador; as perguntas foram feitas de acordo com os objetivos da pesquisa e a linguagem utilizada com os entrevistados variava em função do nível de escolaridade dos mesmos. As respostas dos informantes foram fielmente registradas.

A colaboração dos participantes das entrevistas foi fundamental para o êxito do nosso trabalho, sendo que ao final de cada uma delas foram indispensáveis os agradecimentos.

Do ponto de vista deste trabalho seria ingênuo pensar que a avaliação é apenas um processo técnico, que se trata também de uma questão política. Avaliar pode constituir um exercício autoritário do poder de julgar ou, ao contrário, pode constituir um processo e um projeto em que o avaliador e o avaliado buscam e sofrem uma mudança qualitativa (GADOTTI, 2002).

Ao final de cada dia de trabalho, as entrevistas tinham seus dados quantitativos tabulados em uma planilha para maior facilidade de representação e verificação das relações entre eles. Enquanto que seus dados qualitativos foram ponderados, com a intenção de buscar maior consistência teórica a este campo de reflexão e, posteriormente, expor seus resultados.

6. Discussão dos Resultados

Com base nos dados de campo são apresentadas as dimensões de análise: educação, longevidade e renda.

a) Educação:

A dimensão educação é o ponto que fundamenta a trajetória de formação e emancipação dos sujeitos sociais. Segundo Coraggio (2000) as cifras da alfabetização são um reflexo grosseiro do acesso à educação de boa qualidade, tão necessária para a vida produtiva da sociedade moderna. Porém a leitura e a escrita é o primeiro passo de uma pessoa na aprendizagem e na construção do conhecimento, além do que essas cifras são essenciais em qualquer medição de desenvolvimento humano. Em um conjunto mais variado de indicadores, deveria dar-se importância também ao produto dos níveis mais altos da educação. Mas, para o DH básico, a alfabetização merece uma clara ênfase.

Com base no trabalho verificamos que se diferenças entre os perfis de acesso à escola entre pais e filhos, permitindo interferir sobre o esforço familiar na condução da prole à escola.

Uma vez que todos os indicadores da média anual de escolaridade dos filhos são superiores a dos pais, atingindo em algumas situações níveis superiores a três vezes o valor dos genitores. Destacando que em relação à área de periférica urbana, Jardim Alvorada, encontra-se no, para os filhos a menor média anual.

Ao tratar o percentual de pessoas alfabetizadas com idade superior a 15 anos verifica-se que também neste caso o índice do Jardim Alvorada de 79%, é inferior aos assentamentos de Córrego Rico e Reage Brasil, com 86% e 88%, respectivamente.

Tabela 01: Idade média, média anual de escolaridade e pessoas alfabetizadas com idade superior a 15 anos dos Assentamentos Rurais: Córrego Rico e Reage Brasil (Bebedouro), e Bairro Periférico do Município de Jaboticabal Jardim Alvorada.

<u>LOCAL</u>			<u>Média Anual de</u>		<u>% Alfabetizados</u>
	<u>Idade Média</u>		<u>Escolaridade</u>		<u>Maiores de 15 anos</u>
Ass. Córrego rico	Pais	46	Pais	4	86
	Filhos*	15	Filhos	6	
Ass. Reage Brasil	Pais	40	Pais	2	88
	Filhos*	25	Filhos	6	
Jardim Alvorada	Pais	44	Pais:	4	79
	Filhos*	16	Filhos	5	

*em idade escolar

Por meio da análise qualitativa obtivemos informações sobre o abandono escolar (motivos), acessibilidade (transporte) e localização da escola. Sendo que em ambos os casos, periferia urbana e assentamentos, os motivos de abandono escolar estão baseados na necessidade de inserção no mercado de trabalho.

Quanto a localização e o acesso à escola, no bairro de periferia Jardim Alvorada as pessoas vão a pé para as escolas devido a proximidade. Em casos de crianças e/ou adultos especiais que freqüentam a APAE, a prefeitura do município cede o ônibus. Já nos assentamentos, devido à ausência de escolas locais, os alunos vão de ônibus (cedidos pela prefeitura do município), no caso dos assentamentos a maior parte estuda na sede do município em Jaboticabal e em Bebedouro.

b) Longevidade:

A esperança de vida, como medida síntese das condições de saúde e riscos à morbimortalidade é um dos indicadores que compõe o IDH, segundo Jannuzzi (2004). Para Coraggio (2000) a importância da expectativa de vida está na crença compartilhada de que uma vida longa é valiosa em si mesma e no fato de que vários benefícios indiretos (tais como uma nutrição adequada e uma boa saúde) estão associados com uma alta expectativa de vida.

Segundo o levantamento realizado nos assentamentos de Córrego Rico e Reage Brasil a expectativa de vida foi superior ao bairro Jardim Alvorada, periferia do município de Jaboticabal. Sendo que em ambos os assentamentos a longevidade média é de 63 anos enquanto que no bairro Jardim Alvorada é de 60 anos.

Tabela 02: Longevidade média da comunidade dos Assentamentos Rurais: Córrego Rico e Reage Brasil (Bebedouro), e Bairro Periférico do Município de Jaboticabal Jardim Alvorada.

Local	Longevidade Média
Ass. Córrego rico	60 anos
Ass. Reage Brasil	63 anos
Jardim Alvorada	63 anos

Para a reflexão qualitativa da dimensão longevidade trouxemos questões centrais como: motivos dos falecimentos; frequência de visitas médicas e motivos; localização e acessibilidade ao médico; condições de saneamento (água, esgoto e lixo); e alimentação.

Sendo que problemas de ordem cardíaca, derrame e câncer aparecem como uma constante em todas as áreas. Destaca-se a inexistência de uma consciência preventiva na medicina, pois a frequência de visita aos médicos é sempre de acordo com o aparecimento dos problemas de saúde; salvo raras exceções que fazem algum tipo de tratamento para a pressão e/ou diabetes e então frequentam regularmente o médico.

Quanto à acessibilidade ao médico dá-se pelas vias mais diversas, tais como: a pé, charrete carro próprio, carona e ônibus da prefeitura. Variando sempre em função da distância; no caso de doenças mais graves tanto nos assentamentos como no bairro Jardim Alvorada o acesso é feito por meio de veículo público. Ressaltando que nos assentamentos é frequente a visita do Agente de Saúde e da Assistente Social.

As questões ligadas às condições de saneamento e alimentação aparecem no bairro de periferia Jardim Alvorada, inferiores aos assentamentos. Tendo em vista que na cidade não há produção de alimentos o que muitas vezes implica na grave problemática da fome. Em todas as áreas tem-se água encanada e tratamento de esgoto; quanto ao lixo, na cidade há uma forte demanda pela reciclagem gerando renda para as famílias e há coleta municipal regular. No campo não há coleta e a maior parte do lixo não orgânico é queimado (tratando-se de uma reivindicação dos assentados) e o orgânico é usado como fonte de adubação ou alimentação de criações.

Tabela 03: Motivos principais dos falecimentos nas comunidades dos Assentamentos Rurais: Córrego Rico e Reage Brasil (Bebedouro), e Bairro Periférico do Município de Jaboticabal Jardim Alvorada. (%)

LOCAL	MOTIVOS								
	Cardíaco	Câncer	Derrame	Tubercul.	Cirrose	Chagas	Natural	Acidente	Outros
Ass.Cór.Rico	42	10	12	12	14	—	—	10	—
Ass.Reage Brasil	22	17	33	—	—	—	11	6	11
Jardim Alvorada	27	17	14	3	8	11	8	—	11

c) Renda monetária e renda per capita:

O terceiro componente do IDH é o indicador de renda, medido pelo PIB per capita, sendo talvez o mais difícil de medir de maneira simples (CORAGGIO, 2000). Neste caso não utiliza-se o conceito do PIB do município, mas a renda média per capita anual da comunidade entrevistada, que acaba se revelando um emaranhado financeiro.

Logo, o trabalho revela que nos Assentamentos Rurais: Córrego Rico e Reage Brasil (Bebedouro) a renda média anual familiar é superior ao Bairro Periférico do Município de Jaboticabal, sendo que em Córrego Rico esta renda esteve em torno de R\$ 2.229,50 e em Bebedouro (Assentamento Reage Brasil) R\$ 2.333,27; enquanto que no bairro Jardim Alvorada a renda média anual per capita no valor de R\$ 2.089,07.

Tabela 04: Renda média anual e mensal per capita dos Assentamentos Rurais: Córrego Rico e Reage Brasil (Bebedouro), e Bairro Periférico do Município de Jaboticabal Jardim Alvorada. (R\$)

Local	Renda Média Anual Per Capita	Renda Média Mensal Per Capita
Ass. Córrego rico	2.229,50	185,79
Ass. Reage Brasil	2.333,27	194,43
Jardim Alvorada	2.089,07	174,08

A renda das famílias nos assentamentos baseia-se principalmente no trabalho agropecuário desenvolvido no lote. A poli-agricultura é característica do trabalho destas famílias. Destaca-se o trabalho desenvolvido no assentamento Reage Brasil em Bebedouro com carvoaria, herança do corte dos eucaliptos que formavam a área de plantio da Fepasa para fabricação de trilhos, então ocupada pelos trabalhadores. A carvoaria gera renda para todos os lotes deste assentamento.

Os dois assentamentos localizam-se em uma região com forte cultivo de cana-de-açúcar e citricultura, fator que implica em empregabilidade sazonal, que atinge tanto a área rural como a área urbana.

Na área urbana a renda dos cidadãos faz-se além do cultivo agrícola, na forma de empregos formais: indústria; funcionalismo público; comércio e pelas ocupações informais.

As famílias entrevistadas em sua grande maioria são assistidas pelas políticas de assistência social, seja no caso das aposentadorias, seja no caso das bolsas de auxílio à família, recebem este incremento mensal.

No caso dos assentamentos rurais onde a percentagem de beneficiários dos programas sociais é alta: 84% e 80%, para os assentamentos de Córrego Rico e Reage Brasil, respectivamente, a percentagem de participação desses benefícios na renda familiar é relativamente baixa: 15% em Córrego Rico e 54% em Bebedouro, considerando que este último reúne a maior faixa etária dos três grupos analisados. A percentagem de participação dos programas assistenciais na composição da renda familiar revela-se em um indicador da demanda por políticas assistenciais e de inclusão. Por sua vez, nas áreas em que são geradas oportunidades de ocupação, trabalho e renda, tais políticas apresentam-se de forma integrativa e reduzem suas ações prioritárias na formação de renda dos cidadãos. Daí a importância da produção de políticas públicas de desenvolvimento nas áreas urbanas e rurais.

No caso do bairro periférico Jardim Alvorada a percentagem de beneficiários dos programas sociais é de 58%, sendo que o incremento deste benefício na renda das famílias é de 41%. Embora tenha apresentado um percentual superior a uma das áreas de assentamento rural (Reage Brasil) fato diagnosticado é que 13% da comunidade entrevistada tem sua renda dependente exclusivamente dos Programas Sociais, o que confirma a necessidade oportunidade de emprego e trabalho digno para estas pessoas.

Tabela 05: Beneficiários de Programas Sociais, Participação na Renda Familiar e de Beneficiários Dependentes.(%)

Local	Beneficiários de Programas Sociais*	Participação dos Programas na Renda Familiar	Beneficiários dependentes dos Programas
Ass.Cor.Rico	84	15	
Ass.Reage Brasil	80	54	—
Jardim Alvorada	58	41	13

* *aposentadorias (invalidez, idade, LOAS); bolsa família; bolsa escola.*

Outra observação de extrema valia é que as famílias assentadas produzem, em sua grande maioria, seu próprio alimento, reduzindo a necessidade de consumo externo ao assentamento e caracterizando a sustentabilidade local. No caso da área urbana verificou-se que todo e qualquer tipo de alimento é adquirido por meio de compra.

Nota-se com isso que nos assentamentos as pessoas estão distantes (in)diretamente da sociedade de consumo que se estabeleceu nos grandes centros urbanos. A cidade é marcada pela mazela capitalista, onde o consumo passa a ser prioridade na vida do cidadão.

Todavia os assentamentos também dependem da cidade para sobreviver, seja com a venda dos produtos processados e/ou in natura, seja com a compra de insumos e implementos agrícolas em geral. O que implica no contato direto dessas pessoas com esta sociedade de consumo, a qual muitos já fizeram parte.

No entanto, a periferia em momento algum desvencilha-se desta marca da sociedade, por ser a parte mais sofrida dela. Onde homens e mulheres são tratados com muito desprezo pelos demais.

Por um pedaço de chão, água encanada, luz e alimento na mesa, humilhações são uma constante na vida dessas pessoas. Tanto nos assentamentos rurais quanto nos bairros mais pobres da cidade são as crianças, o ponto de unidade. Por onde quer que você olhe, pelas ruas ou pelos campos, os sorrisos são os alvos da transformação.

Mas ainda assim, nota-se na cidade um amadurecimento precoce das crianças; violência, sexo e drogas atravessam as fronteiras da infância com facilidade. Além das tarefas domésticas e o trabalho infantil.

7. Conclusão

Infere-se com isso que os assentamentos são as melhores provas de que a reforma agrária é necessária; nas palavras de Portela e Fernandes (2004) por meio dela é possível mudar a realidade e a miséria existente no Brasil e que a reforma agrária não é a única condição, mas é uma das principais políticas para acabar com a fome e a pobreza no país em que vivemos. Ter a consciência de que somos parte do meio é um desafio encontrado no ambiente urbano, mesmo porque o pensamento do cidadão está subordinado ao envoltório do sistema; ao passo que para as pessoas assentadas isto é algo inconsciente, tornando-as literalmente mais saudáveis, educadas e assistidas economicamente, ou seja, garantindo o desenvolvimento humano.

Com base nos indicadores de desenvolvimento humano utilizados nesta pesquisa conclui-se que as condições sociais das pessoas assentadas é superior aos cidadãos que vivem na periferia urbana, seja pela análise quantitativa, seja pela qualitativa, vê-se a educação, longevidade e renda de forma mais acentuada no campo do que na cidade. Onde a produtividade do trabalho, fruto de uma política pública de reforma agrária, reflete um menor grau de dependência de políticas assistencialistas.

8. Bibliografia

- BELLUZZO, L.G. Raízes do Brasil Segregado. Carta capital, São Paulo, ano X, número 268.82 p.
- BERGAMASCO, S. M. P. P.; BLANC-PAMARD, C.; CHONCHOL, M. E. Por um Atlas dos assentamentos brasileiros: espaços de pesquisa. Rio de Janeiro: DL/BRASIL, 1997. 48p.
- BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. Alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política. São Paulo: Terceira Imagem, 2003. 191p.
- CORAGGIO, J.L. Desenvolvimento humano e educação: o papel das ONGs latino-americanas na iniciativa da educação para todos. 3.ed. São Paulo; Cortez, 2000. 277 p.
- CRUZ, N.M. Inclusão e Exclusão na Nova Capital. Revista brasiliense de pós-graduação em ciências sociais, ano V, 2001, p. 79 a 97.
- DEMO, P. Avaliação qualitativa: polêmicas do nosso tempo. 7. ed. ver. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. 109p.
- DEMO, P. Política pública de direitos humanos. Ser Social 8: Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília. v.1, n.1. Brasília, SER/UnB, 1995. 248p.



- GUIMARÃES, A. A.; MELAZZO, E. S. ; GUIMARÃES, R. B. ;
MAGALDI, S. B. A propósito do debate sobre exclusão social: aportes teóricos, escala local e indicadores sociais. In; XIII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, João Pessoa-PB. AGB, julho/2002.
- JANNUZZI, P. M. Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. 3. ed. Campinas, SP: Alínea, 2004. 141p.
- SANTOS, M. A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982. 128p.
- PORTELA, F.; FERNANDES, B. M. Reforma Agrária. 13.ed. São Paulo: Ática, 2004.71p.
- PORTELA, F.; VESENTINI, J.W. Êxodo rural e urbanização . 17 ed. São Paulo: Ática, 2005.71p.
- SCHWARTZMAN, S. As causas da pobreza. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 208p.
- SOUZA, J.G. Relatório final: Programa diagnóstico e organização social e produtiva de comunidade rural do município de Jaboticabal. Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, Universidade Estadual Paulista, Jaboticabal, 2001.